

O CAPITAL E A ANÁLISE DO DISCURSO MATERIALISTA: FUNDAMENTOS DA LINGUAGEM, DA IDEOLOGIA E DAS PRÁTICAS DISCURSIVAS

CAPITAL AND MATERIALIST DISCOURSE ANALYSIS: FOUNDATIONS OF
LANGUAGE, IDEOLOGY, AND DISCURSIVE PRACTICES

Ciências Sociais Aplicadas, Linguística & Letras e Artes • 06/08/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/786014055](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/786014055)

Sérgio Nunes de Jesus¹

Celso Ferrarezi Junior²

RESUMO

O artigo discute os fundamentos da Análise do Discurso Materialista a partir das contribuições de Karl Marx, com ênfase na obra *O Capital*, evidenciando a centralidade da linguagem, da ideologia e das práticas discursivas na constituição das relações sociais. Fundamentado no materialismo histórico-dialético, o estudo analisa o discurso como prática material atravessada pelas condições históricas de produção, pelas formações ideológicas e pelas relações de classe, compreendendo que os sentidos não são produzidos de forma neutra, mas resultam de processos históricos e sociais. Nessa perspectiva, evidencia-se que, os discursos econômicos, políticos e institucionais participam da reprodução das relações de dominação ao naturalizar as contradições inerentes ao modo de produção capitalista e ao conferir legitimidade às estruturas de exploração. O artigo também destaca que a ideologia atua na constituição dos sujeitos e na produção dos efeitos de evidência e de transparência da linguagem, ocultando os conflitos e as disputas que atravessam a sociedade. Desse modo, a Análise do Discurso Materialista, ancorada nos pressupostos marxistas, ultrapassa a dimensão estritamente linguística ao compreender o funcionamento dos processos de significação em sua relação indissociável com a história, a ideologia e a materialidade social. Consideramos assim que - a interlocução entre *O Capital* e a Análise do Discurso oferece fundamentos teóricos consistentes para desnaturalizar discursos hegemônicos, revelar os interesses inscritos nas práticas discursivas e compreender os mecanismos de produção, reprodução e contestação das relações de poder na sociedade contemporânea.

Palavras-chave: Análise do Discurso Materialista; *O Capital*; Materialismo Histórico; Ideologia; Práticas Discursivas.

ABSTRACT

This article discusses the foundations of Materialist Discourse Analysis based on the contributions of Karl Marx, with particular emphasis on Capital, highlighting the centrality of language, ideology, and discursive practices in the constitution of social relations. Grounded in historical-dialectical materialism, the study analyzes discourse as a material practice shaped by the historical conditions of production, ideological formations, and class relations, understanding that meanings are not produced in a neutral manner but rather result from historical and social processes. From this perspective, it is shown that economic, political, and institutional discourses participate in the reproduction of relations of domination by naturalizing the contradictions inherent in the capitalist mode of production and by legitimizing structures of exploitation. The article also emphasizes that ideology operates in the constitution of subjects and in the production of the effects of evidence and transparency in language, thereby concealing the conflicts and disputes that permeate society. Thus, Materialist Discourse Analysis, grounded in Marxist assumptions, goes beyond the strictly linguistic dimension by understanding the functioning of processes of signification in their inseparable relationship with history, ideology, and social materiality. We therefore argue that the dialogue between Capital and Discourse Analysis provides consistent theoretical foundations for denaturalizing hegemonic discourses, revealing the interests embedded in discursive practices, and understanding the mechanisms of production, reproduction, and contestation of power relations in contemporary society.

Keywords: Materialist Discourse Analysis; Capital; Historical Materialism; Ideology; Discursive Practices.

INTRODUÇÃO

A obra *O Capital* (Marx [1818-1883], século XIX), constitui um dos marcos fundamentais da teoria crítica moderna, não apenas pela análise do modo de produção capitalista, mas pela forma como revela parte significativa das engrenagens sociais, históricas e simbólicas que sustentam as relações de exploração entre pessoas. Na compreensão do capital como fruto da relação social e histórica, Marx (2013) desloca o olhar da economia enquanto campo neutro para evidenciar a dimensão política e ideológica, permitindo-se interpretar a sociedade a partir de suas contradições estruturais.

Essa perspectiva pode ser considerada crítica, uma vez que, ultrapassa o senso comum sobre os objetos e avança na análise de causa e efeito, entre elas, mostrando-se como o campo econômico influencia diversas outras áreas do conhecimento, entre elas os estudos da linguagem. Por sua vez, a Análise do Discurso, doravante (AD), de matriz francesa, especialmente no diálogo com o materialismo marxista, parte do princípio de que o discurso não é mero instrumento de comunicação, mas prática social atravessada por relações de poder, condições materiais de existência e disputas ideológicas. Nessa direção, autores como Pêcheux (1938-1983); Orlandi (1940-), compreendem o discurso como espaço de materialização da ideologia, articulando-se linguagem, história e sociedade (Pêcheux, 1997; Orlandi, 2020).

A incorporação do pensamento marxista à AD, permite compreender como os sentidos surgem, nunca de forma ‘espontânea’ e ‘natural’, mas são produzidos em contextos históricos determinados, nos quais a estrutura econômica exerce papel decisivo. Essa leitura dialoga com reflexões posteriores sobre discurso, poder e dominação simbólica, como as de Foucault (1926-1984), ao evidenciar que os discursos participam ativamente da

organização social e da naturalização das desigualdades (Foucault, 1996; Fairclough, 2003).

No contexto contemporâneo, marcado pela intensificação das desigualdades sociais, pela precarização do trabalho e pela centralidade do discurso na legitimação das relações capitalistas, revisitar *O Capital* sob a ótica da AD revela-se tarefa relevante. Autores brasileiros têm demonstrado como os discursos econômicos, políticos e midiáticos operam na manutenção da ideologia dominante, atualizando-se categorias marxianas para interpretar a realidade social atual (Antunes, 2018; Braga, 2017; Safatle, 2017).

Assim, a relevância do estudo reside na compreensão da base teórica que sustenta a AD enquanto campo crítico. Diante disso, coloca-se a seguinte problemática: de que maneira a crítica à economia política desenvolvida em '*O Capital*' influencia a constituição teórica e analítica da Análise do Discurso na compreensão das práticas discursivas contemporâneas? E isso, buscando-se evidenciar como os conceitos marxistas contribuem ainda hoje para a leitura crítica da linguagem e da ideologia.

Para tanto, adotamos a abordagem qualitativa, baseada em pesquisa bibliográfica de obras clássicas e contemporâneas do marxismo, da Análise do Discurso e da teoria social crítica. Os descritores utilizados incluem: Karl Marx, Análise do Discurso, ideologia, capitalismo e teoria crítica. A seleção das obras considerou publicações recentes, bem como textos clássicos fundamentais, excluindo-se produções sem rigor acadêmico, fontes não científicas e trabalhos que não se alinham ao eixo teórico proposto.

A base teórica desse estudo se fundamenta na articulação entre a crítica marxista da economia política e a AD, considerando-se a influência de autores como Michel Pêcheux, Louis Althusser e Étienne Balibar, que buscaram estabelecer diálogo entre as ideias de Marx e a Linguística. Ao final, compreendidos os elementos citados, cremos que a Análise do Discurso se apresenta como ferramenta crítica eficaz para compreender as relações entre linguagem, ideologia e poder, permitindo-se a leitura abrangente das práticas discursivas contemporâneas e das implicações sociais e políticas.

1. A CRÍTICA À ECONOMIA POLÍTICA EM O CAPITAL

A crítica à economia política formulada por Karl Marx, parte do movimento teórico que rompe com a aparência de neutralidade atribuída às relações econômicas. Em vez de tratar o mercado, o trabalho e o capital como categorias naturais ou universais, Marx os compreende como construções históricas, produzidas em condições sociais específicas. Essa leitura permite deslocar o foco da economia enquanto ciência técnica para entendê-la como campo atravessado por relações de poder, exploração e dominação simbólica, aspecto central para o diálogo posterior com a Análise do Discurso (Marx, 2013).

Ao examinar a economia política clássica, Marx identifica que autores como Adam Smith e David Ricardo descrevem o funcionamento do capitalismo sem questionar os fundamentos sociais. A crítica marxiana não se dirige apenas aos resultados dessas teorias, mas sobretudo ao modo como naturalizam a exploração do trabalho, ocultando-se o caráter histórico das relações capitalistas. Essa operação de ocultamento, revela a dimensão discursiva, na

medida em que determinados sentidos são produzidos para legitimar a ordem social específica (Marx, 2013).

O discurso dominante no capitalismo contemporâneo procura ocultar a precarização estrutural do trabalho por meio de categorias aparentemente positivas, como flexibilidade, empreendedorismo e modernização. Essas narrativas não apenas mascaram a intensificação da exploração, como também produzem uma adesão simbólica dos próprios trabalhadores, que passam a interpretar a instabilidade e a insegurança como oportunidades individuais. Trata-se de uma estratégia ideológica central para a reprodução das novas formas de dominação do capital (Antunes, 2018, p. 32-33).

A crítica marxista à economia política, nesse sentido, ultrapassa o campo econômico e se inscreve como crítica à produção social de sentidos. Nessa direção, Marx evidencia que as categorias econômicas são formas sociais historicamente determinadas, carregadas de ideologia, ainda que sejam apresentadas como neutras. Essa compreensão contribui diretamente para a AD, pois permite pensar o discurso econômico como prática social situada, e não como descrição objetiva de uma realidade inescapável (Marx, 2013). Categorias artificiais como oferta, procura, concorrência, flexibilidade, liberdade e mercado, são apresentadas como se tivessem nascido junto com a humanidade e se fossem elementos naturais de todo e qualquer processo econômico. Assim, fala-se, por exemplo, em ‘nervosismo do mercado’ como se o ‘mercado’ tivesse

vida independente da humanidade e fosse vivo e provido dos sentimentos e das angústias humanas diante, por exemplo, da fala do presidente do Banco Central. É evidente que o acionamento de dispositivos discursivos de justificação, tais como a criação de um *ethos* para a entidade abstrata ou a personificação de categorias analíticas de cunho teórico, visa tão-somente à criação do discurso de despistamento e dissuasão popular em relação às verdadeiras intenções e ações dos detentores do capital, movidas pela ideologia de acumulação de renda e de privilégios sociais e legais.

Logo, no campo da linguagem, essa abordagem dialoga com a perspectiva de que o discurso não reflete simplesmente o mundo, mas participa ativamente da construção. Sendo assim, Fairclough (2003) sustenta que os discursos econômicos exercem papel central na legitimação das relações de poder, visto que, produzem consensos e naturalizam hierarquias. A leitura se aproxima da crítica marxista, pois revela que a linguagem opera como dispositivo de mediação entre a estrutura econômica e a consciência social.

Além disso, a noção de trabalho ocupa lugar central na crítica à economia política. Para Marx (2013), o trabalho é a fonte de valor agregado, mas no capitalismo se transforma em mercadoria, submetendo-se o trabalhador a relações alienadas. Essa alienação não se restringe à dimensão material, alcançando-se também o plano simbólico, na medida em que o próprio trabalhador passa a se perceber a partir das categorias impostas pelo capital (Marx, 2013). A leitura é retomada por Braga (2017), ao analisar o ‘precariado’⁴ contemporâneo, destacando-se como discursos de empreendedorismo e autonomia mascaram relações de exploração intensificadas.

Recentemente, a título de ilustração, a disputa nacional pelo fim da escala 6x1 (seis dias de trabalho para um dia semanal de descanso) chegou ao Congresso Nacional e provocou uma das falas ideologicamente interessantes de todo o debate, produzida pelo deputado federal de extrema-direita Marcos Pereira (Republicanos - SP) que declarou, em entrevista à Folha de São Paulo, em fevereiro de 2026, que o trabalhador pobre não saberia o que fazer com mais tempo livre, sugerindo-se que o lazer adicional levaria a vícios, como drogas e jogos de azar. O parlamentar criticou o fim da escala 6x1, alegando que 'ócio demais faz mal'.

A fala do iminente deputado é a manifestação inequívoca dos interesses dos empregadores, uma vez que, o acréscimo de um dia semanal de folga é considerado aumento salarial indireto de quase 15% e isso é visto como redução direta na produtividade e nos lucros dos empresários na mesma proporção. Mas, o discurso de despistamento e dissuasão aparece com feição protecionista: na 'verdade' o interesse do parlamentar não seria o de defender o capital, mas o trabalhador que, imerso na pobreza e ignorância não saberia o que fazer saudavelmente com o tempo de folga (como o sabe o deputado que, quando está no auge da produtividade no Congresso, tem escala 3x4 - presume-se da fala do congressista).

Assim, torna-se possível compreender que, a crítica marxista antecipa questões centrais da Análise do Discurso, especialmente no que se refere à relação entre linguagem e ideologia. Com esse olhar, Pêcheux (1997) observa que o discurso se constitui em condições históricas determinadas, atravessado por formações ideológicas que orientam o que pode ou não ser dito. A formulação encontra base na leitura de que as ideias dominantes da época são aquelas da classe

detentora do capital e dos meios de produção, criadas e reproduzidas socialmente.

A crítica à economia política, também evidencia a dimensão fetichista das relações sociais no capitalismo. O fetichismo da mercadoria, descrito por Marx (2013), revela como as relações entre pessoas assumem a forma de relações entre coisas, obscurecendo-se os processos sociais que as produzem. Esse mecanismo opera discursivamente ao transformar relações históricas em dados naturais, dificultando-se a problematização crítica (Marx, 2013).

Tal noção é retomada por autores brasileiros, ao analisarem como o discurso neoliberal reforça a lógica fetichista, apresentando-se o mercado como entidade autônoma e autorregulada. Nesse viés, Souza (2017) demonstra que a construção discursiva contribui para a naturalização das desigualdades sociais no Brasil, visto que, desloca a responsabilidade estrutural para o plano individual, reforçando-se a culpabilização dos sujeitos subalternizados. Foi assim que, no início do Governo Bolsonaro, quando o pacote de cinco quilos de arroz chegou a quarenta reais, Alexandre Garcia, jornalista apoiador da extrema direita afirmou, em seu canal de Internet, que essa alta era necessária porque os produtores de arroz no Brasil sempre operaram com déficit comercial (sic) e que, pela primeira vez na história, agora estavam conseguindo cobrir as despesas de produção. Logo, a ‘culpa natural’ pelo aumento do produto não era das políticas econômicas do governo, mas das pessoas - sempre assim de forma indefinida.

No campo da AD, a crítica ao fetichismo permite compreender como determinados sentidos se estabilizam e passam a operar como evidências. Conforme destaca Orlandi (2020), o discurso

funciona por meio de efeitos de evidência, que fazem parecer naturais sentidos historicamente produzidos. Essa leitura se articula diretamente com a crítica marxiana, ao revelar que a ideologia atua justamente na produção do óbvio, do que não se questiona.

Desse modo, Marx (2013) não rejeita a ciência econômica em si, mas questiona a pretensão de neutralidade, pois evidencia os pressupostos ideológicos da economia política clássica e inaugura a forma de crítica que será retomada por correntes da teoria social crítica. Segunda observa Chauí (2017), a crítica permanece atual, especialmente diante da tendência contemporânea de tratar decisões político-econômicas como técnicas, afastando-as do debate político.

Recentemente, o mundo tem experimentado isso com a ‘crise do petróleo’ vivida em relação ao fechamento, pelo Irã, do estreito de Ormuz diante dos ataques norte-americanos àquela nação. No Brasil, embora menos de 10% do combustível consumido tivesse passagem por Ormuz, houve aumento generalizado dos combustíveis como se dependêssemos inteiramente do petróleo que passa por Ormuz. O mesmo aconteceu com fertilizantes e outros derivados, tudo sob a alegação dos ‘efeitos da guerra’. É interessante notar que esses aumentos ocorreram quase de imediato em relação ao início do conflito, e não após os estoques de combustível e fertilizantes brasileiros terminarem. O movimento de exploração financeira da guerra foi imediato e é facilmente identificável, mas o acionamento de dispositivos de despistamento e dissuasão popular ocorreu de forma concomitante, também imediata. Os jornais de direita começaram, imediatamente, a noticiar coisas como: “já está faltando petróleo”, “o mercado está nervoso”, “é culpa da guerra”, “os petroleiros não estão passando por

Ormuz”, “o governo não faz nada para conter a alta dos preços dos combustíveis”. Ao mesmo tempo, a bolsa operava com recordes de negociação e, por incrível que pareça, com tendência de baixa do dólar.

Eventos práticos como este acima, mostram que a discussão extrapola o campo da economia propriamente dito. Também, encontra eco na AD, uma vez que, problematiza o lugar da linguagem na produção do conhecimento técnico-científico (como se pensa ser o ‘economês’). Desse modo, Fiorin (2018) aponta que o discurso científico é atravessado por escolhas linguísticas e ideológicas, ainda que se apresente como objetivo. Essa compreensão reforça a contribuição marxiana ao evidenciar que não há produção de saber desvinculada das condições sociais de sua emergência.

No contexto atual, marcado pela centralidade do discurso econômico na organização da vida social, a crítica à economia política assume renovada importância. Dessa maneira, Antunes (2020) demonstra que, em situações de crise como a pandemia, os discursos sobre economia e produtividade se sobrepõem às discussões sobre vida e direitos sociais, revelando-se a permanência da lógica do capital como princípio organizador do discurso dominante. Afinal, quem não se lembra das perguntas do ex-presidente Bolsonaro quando o lockdown foi mundialmente obrigado? “Se todo mundo parar de trabalhar, o que vai acontecer com a economia? E, se a economia se acabar, o que vai acontecer com meu governo?”

A crítica marxista à economia política, aprofunda-se quando se examina a categoria do valor como eixo organizador das relações

sociais no capitalismo. Para Marx (2013), o valor não é atributo natural das mercadorias, mas expressão social do trabalho humano abstrato, mediada por relações históricas específicas. Essa compreensão rompe com leituras que tratam o valor como dado técnico ou matemático, evidenciando-se o caráter socialmente construído e ideologicamente sustentado (Marx, 2013).

Ao se falar de produtividade, eficiência ou competitividade, os discursos econômicos tendem a apagar o trabalho vivo que sustenta as categorias. Sendo assim, Antunes (2018) observa que, no capitalismo contemporâneo, o discurso gerencial transforma a exploração em vocabulário motivacional (por exemplo, “se você produzir mais, pode ser promovido na empresa”), convertendo-se a intensificação do trabalho em ‘oportunidade’ e ‘mérito’ e a precarização em ‘autonomia’. Trata-se de um deslocamento simbólico que reforça a crítica marxiana ao caráter fetichizado das relações capitalistas.

Nesse ponto, a AD oferece ferramentas para compreender como as categorias econômicas circulam socialmente e produzem efeitos de sentido. Conforme destaca Fairclough (2003), o discurso econômico não apenas descreve processos produtivos, mas orienta práticas sociais, moldando-se percepções e comportamentos. Assim, a crítica à economia política se articula à crítica do discurso, pois revela que a linguagem participa da manutenção das estruturas de poder.

A noção de exploração, central em Marx (2013), também ganha densidade quando analisada sob a ótica discursiva. Embora a exploração esteja materialmente inscrita na extração da mais-valia, é simbolicamente encoberta por narrativas que exaltam mérito, empreendedorismo e esforço individual. Nesse viés, Souza (2018)

demonstra como os discursos atuam na construção da moral econômica que responsabiliza o indivíduo pelo sucesso ou fracasso, deslocando-se o foco das determinações estruturais.

A ideologia opera precisamente quando consegue transformar relações históricas e sociais em dados naturais, fazendo com que desigualdades produzidas ao longo do tempo apareçam como fatos evidentes, inevitáveis ou decorrentes de características individuais. Esse processo silencia os conflitos sociais e oculta as relações de dominação, produzindo consenso e conformismo diante de uma ordem que se apresenta como normal e imutável (Chauí, 2017, p. 52-53).

No interior da AD, a compreensão se desdobra na noção de formação ideológica. Assim, Pêcheux (1997) sustenta que, o sujeito fala a partir de posições ideológicas que o antecedem, o que implica reconhecer que os sentidos não são individuais, mas socialmente produzidos. Essa formulação dialoga diretamente com Marx (2013), ao afirmar que a consciência não determina o ser social, mas é por ele determinada.

Além disso, Orlandi (2020) aprofunda discussão, pois destaca que o discurso é atravessado pela história, sendo impossível separar linguagem e condições materiais de existência. Ao analisar discursos econômicos, a autora evidencia como certos sentidos se estabilizam e passam a funcionar como evidências, ocultando-se as

contradições sociais que os sustentam. Essa leitura reforça a atualidade da crítica marxiana no campo da linguagem.

A crítica à economia política, também permite problematizar o lugar do Estado e das instituições na produção e na divisão do capital. Sendo assim, Marx (2013) compreende o Estado como instância que atua na manutenção das condições gerais de produção, ainda que se apresente como mediador 'neutro'. Essa análise se debate em estudos contemporâneos que demonstram como os discursos institucionais reforçam a lógica do capital, mesmo quando mobilizam a linguagem dos direitos e da cidadania (Souza, 2017).

No campo discursivo, a contradição se manifesta na coexistência de discursos de inclusão social com práticas que aprofundam desigualdades. Conforme aponta Safatle (2017), o capitalismo contemporâneo mobiliza afetos e narrativas de pertencimento para neutralizar conflitos, pois opera a gestão simbólica das tensões sociais. Chega-se a apelar para o patriotismo e para o nacionalismo como formas de compensação pela desigualdade social e péssima distribuição de renda no Brasil ('brasileiro não desiste nunca', 'é preciso sofrer pelo bem da pátria', 'só o trabalho constrói um país melhor', 'o brasileiro é o povo mais criativo e cordial', 'o melhor do Brasil é o brasileiro'). Na verdade, essa abordagem amplia a crítica marxiana ao evidenciar que o capital não se sustenta apenas por mecanismos econômicos, mas também por dispositivos discursivos e afetivos.

A relação entre ciência econômica e ideologia, reaparece quando se observa a linguagem técnica utilizada para justificar políticas de austeridade e reformas estruturais. Nesse contexto, Vasconcelos (2021) analisa como discursos sobre responsabilidade fiscal e

equilíbrio financeiro produzem efeitos subjetivos, afetando-se diretamente a saúde mental dos trabalhadores. A análise dialoga com Marx (2013) ao demonstrar que, a racionalidade econômica se impõe como norma de vida, transcendendo-se o campo da produção. Nesse mesmo campo, aparecem os discursos do ‘Estado mínimo’, do combate aos ‘privilégios do funcionalismo público’ e da ‘privatização generalizada dos serviços públicos’, inclusive de saúde, educação e segurança). Vejamos como esse sistema é funcional na imagem 1 a seguir:

Imagem 1: Crítica marxista à economia política.



Fonte: Elaborado pelos autores e gerado pela IA. Disponível em:

<https://chatgpt.com/c/69ff3957-784c-83e9-adeb-c8ab6de1c730>. Acesso em: 9 mai. 2026.

A crítica marxista, nesse contexto, fornece subsídios teóricos para desnaturalizar os discursos, evidenciando-se a função ideológica. Consequentemente, Tonet (2019) reforça que, o método marxista não se limita à descrição da realidade, mas busca apreender as determinações ontológicas, permitindo-se compreender os fenômenos sociais na totalidade; pois a abordagem contribui para a AD, visto que, oferece base materialista para a interpretação dos sentidos.

Ao articular economia política e discurso, torna-se possível compreender que as categorias econômicas não circulam isoladamente, mas se inscrevem em práticas discursivas que produzem subjetividades e orientam ações. Assim, Braga (2017) demonstra que o precariado contemporâneo é moldado por discursos que prometem mobilidade social, ao mesmo tempo em que intensificam a instabilidade e a insegurança, revelando-se a contradição entre discurso e realidade material.

1.1. A Noção de Ideologia em O Capital

A partir dos vieses apresentados anteriormente, é possível pensar na noção de ideologia que ocupa lugar central na crítica desenvolvida por Marx (2013) e se apresenta como elemento indispensável para compreender a articulação entre economia, política e linguagem. Em *O Capital*, a ideologia não aparece como simples conjunto de ideias falsas ou distorcidas, mas como mecanismo social complexo que contribui para a reprodução das relações de dominação. Trata-se de processo que opera tanto no plano material quanto simbólico, moldando-se a forma como os sujeitos percebem a realidade social (Marx, 2013).

Para Marx (2013), a ideologia está vinculada às condições materiais de existência, uma vez que, as ideias dominantes da época não surgem de maneira autônoma, mas refletem os interesses da classe que detém os meios de produção. Essa formulação rompe com concepções idealistas da consciência, deslocando-se o foco para as relações sociais concretas que sustentam determinadas visões de mundo. Assim, a ideologia não é entendida como ilusão individual, mas como construção social e historicamente situada (Marx, 2013).

A compreensão é fundamental para a AD, uma vez que, permite interpretar os sentidos como produtos de formações ideológicas específicas. Logo, para Pêcheux (1997), o discurso é atravessado por ideologias que antecedem o sujeito, pois condiciona o que pode ser dito e como pode ser dito. Essa perspectiva dialoga diretamente com Marx (2013), pois reconhece que a linguagem participa da reprodução das estruturas sociais, opera como mediação entre a base material e a consciência.

A ideologia, nesse sentido, não se impõe apenas pela coerção, mas principalmente pela naturalização dos sentidos. Conforme observa Orlandi (2020), o funcionamento ideológico do discurso produz efeitos de evidência, pois faz com que determinados significados apareçam como óbvios ou naturais. Esse processo contribui para a manutenção das relações capitalistas, pois dificulta a percepção de que as desigualdades são historicamente produzidas e, portanto, passíveis de transformação.

Em O Capital, a operação ideológica se manifesta de forma clara na análise do fetichismo da mercadoria. Assim, demonstra Marx (2013) que, no capitalismo, as relações sociais entre pessoas assumem a forma de relações entre coisas, ocultando-se o trabalho humano que

lhes dá origem. Esse mecanismo não apenas reorganiza a economia, mas também produz a forma específica de consciência social, na qual os sujeitos passam a perceber o mundo a partir das categorias do capital (Marx, 2013). Sendo assim, Souza (2017) diz que:

A ideologia da meritocracia funciona como uma poderosa forma de ocultamento das determinações sociais profundas que estruturam a desigualdade. Ao atribuir sucesso e fracasso a atributos individuais, como esforço ou talento, esse discurso apaga as condições históricas, econômicas e institucionais que moldam as trajetórias sociais. Trata-se de um mecanismo simbólico que legitima privilégios herdados e naturaliza a exploração, apresentando a ordem social como justa e resultado exclusivo do mérito pessoal (Souza, 2017, p. 43-44).

A relação entre ideologia e linguagem torna-se evidente, quando se observa como os discursos econômicos circulam no cotidiano. Dessa forma, Fairclough (2003) argumenta que, o discurso é prática social que contribui para a produção e a reprodução das relações de poder. Com a mobilização de categorias econômicas como crescimento, eficiência ou ajuste fiscal, os discursos institucionais operam ideologicamente, orientando-se percepções e comportamentos de forma imperceptível. Vejamos na imagem 2 essas perspectivas:

Imagem 2: A noção de ideologia em *O Capital*.



Fonte: Elaborado pelos autores e gerado pela IA. Disponível em:

<https://chatgpt.com/c/69ff3957-784c-83e9-adeb-c8ab6de1c730>. Acesso em: 9 mai. 2026.

No contexto brasileiro, a dinâmica assume contornos específicos, marcados por desigualdades sociais. Segundo analisa Chauí (2017), a ideologia atua na ocultação da violência estrutural, transformando-se privilégios históricos em méritos individuais. A reflexão dialoga com Marx (2013), pois evidencia que a ideologia não apenas mascara a exploração, mas também constrói narrativas morais que legitimam a ordem social vigente.

A ideologia, portanto, não pode ser compreendida como simples engano ou manipulação consciente. Trata-se de processo estruturante, que organiza a experiência social e orienta a produção de sentidos. Nesse cenário, Safatle (2017) observa que, o capitalismo contemporâneo opera por meio da gestão dos afetos, pois produz discursos que estimulam adesão e identificação, mesmo em contextos de precarização. A leitura amplia a noção marxiana de ideologia, pois incorpora dimensões subjetivas e emocionais. É

assim que operam, por exemplo, slogans como “Deus, pátria, família”, que apelam para a religiosidade, o nacionalismo e os afetos familiares, fazendo crer que o ‘outro lado’, o dos ‘inimigos esquerdistas’, não se preocupa com religiosidade (logo, se vinculando ao comunismo ateu), não se empenha no fortalecimento do Brasil (de onde acusações de que governos de esquerda investiram o dinheiro brasileiro em países comunistas) nem com a família (daí, sua vinculação com ideologias homo e trans-sexuais, por exemplo, pretensamente antifamiliares).

Na Análise do Discurso, a ampliação permite compreender como os sujeitos se identificam com posições discursivas que reproduzem a ideologia dominante. Sendo assim, Orlandi (2019) destaca que o sujeito não é origem do sentido, mas efeito de processos discursivos que o atravessam. Essa concepção reforça a crítica marxiana à ideia de sujeito autônomo, evidenciando-se que, a consciência é moldada pelas condições sociais e históricas.

A ideologia também se manifesta na forma como o trabalho é representado socialmente. Dessa maneira, Antunes (2018) demonstra que discursos sobre flexibilidade, inovação e empreendedorismo individual atuam como dispositivos ideológicos que redefinem a exploração, tornando-a socialmente aceitável. Outrossim, a operação discursiva encontra fundamento na análise marxiana do trabalho alienado, atualizando-se as categorias para o contexto contemporâneo.

Embora Marx (2013) não tenha formulado uma teoria linguística propriamente dita, suas reflexões permitem compreender que a consciência social é produzida por meio de relações materiais de existência. Isso significa que o sujeito não se constitui fora da

história, mas é atravessado por determinações econômicas, políticas e simbólicas que são linguisticamente construídas e expostas, bem como orientam grandemente as formas de pensar e agir (Marx, 2013).

Essa concepção contribui para a crítica da ideia do sujeito plenamente autônomo, capaz de produzir sentidos de maneira independente. Logo, Tonet (2019) reforça que, no materialismo histórico, o sujeito é compreendido como ser social, constituído nas e pelas relações objetivas. A leitura desloca a análise da ideologia do plano puramente psicológico para o plano maior, histórico-social, permitindo-se compreender a produção dos sentidos como resultado de processos coletivos e estruturais.

O enunciado nunca é isolado nem neutro: ele se constitui sempre em resposta a outros enunciados e se inscreve em uma cadeia histórica de vozes sociais. Cada palavra carrega valores, posições ideológicas e marcas das condições sociais de sua produção, o que significa que o discurso é atravessado por disputas de sentido que refletem conflitos presentes na vida social (Brait, 2017, p. 65).

A ideologia, nesse sentido, não se limita ao conteúdo explícito dos discursos, mas se expressa na forma como os sentidos são organizados, reiterados e estabilizados. Dessa maneira, Fiorin (2018) observa que, os sistemas linguísticos oferecem possibilidades de significação que são mobilizadas de maneira desigual pelos grupos sociais. Essa desigualdade no acesso e na circulação dos sentidos,

reforça a dimensão ideológica da linguagem, em consonância com a crítica marxiana à divisão social do trabalho.

A partir dessa articulação, torna-se possível compreender que o discurso atua como mediador entre as estruturas econômicas e a experiência subjetiva. Dito isto, Vasconcelos (2021) demonstra que os discursos contemporâneos sobre produtividade, desempenho e sucesso impactam diretamente a constituição subjetiva dos trabalhadores, pois produz sofrimento psíquico e naturaliza condições de exploração. A análise atualiza a crítica marxiana ao evidenciar que, a ideologia opera também no campo da subjetividade.

No contexto do capitalismo contemporâneo, marcado pela intensificação do controle simbólico, a ideologia assume formas sutis e difusas. Assim, Antunes (2020) aponta que, em cenários de crise, o discurso econômico tende a se impor como racionalidade única, subordinando-se outras dimensões da vida social. Essa imposição discursiva reforça a leitura marxiana de que a ideologia não se sustenta apenas pela coerção, mas pela adesão dos sujeitos a determinadas narrativas.

Por conseguinte, a adesão se constrói por meio de processos discursivos que produzem identificação. A gestão simbólica das emoções amplia a noção marxiana de ideologia, pois demonstra que se atualiza conforme as transformações históricas do capital.

A ideologia também se expressa na forma como o discurso organiza o tempo e o futuro. Sob essa perspectiva, Souza (2018) observa que, narrativas de ascensão social e progresso individual funcionam como dispositivos ideológicos que prometem mobilidade, mesmo

em contextos de estagnação estrutural. Assim, a promessa discursiva contribui para a manutenção da ordem social ao deslocar o conflito coletivo para o esforço individual, com a lógica do capital.

Do ponto de vista da AD, a dinâmica evidencia que a ideologia opera por meio da repetição e da estabilização de sentidos, processo em que as mídias televisivas e, mais recentemente, os meios de comunicação via Internet, exercem papel fundamental. Dessa maneira, Orlandi (2019) destaca que a circulação discursiva é fundamental para a consolidação das formações ideológicas, pois é na repetição que determinados sentidos se tornam dominantes. A leitura dialoga com Marx (2013), pois revela que a ideologia se reproduz cotidianamente, nas práticas ordinárias da vida social.

A relação entre ideologia e discurso, também se manifesta no modo como a desigualdade é explicada socialmente. Para tanto, demonstra Braga (2017) que o discurso neoliberal transforma desigualdades estruturais em diferenças individuais de desempenho, reforçando-se a culpabilização dos sujeitos ('não estudou porque não quis', 'não trabalha porque não quer', 'é pobre porque quer'). Assim, a operação discursiva atualiza a crítica marxista ao mostrar como a ideologia se adapta às novas formas de organização do trabalho.

1.2. A Relação Entre a Base Econômica e a Superestrutura Ideológica

A compreensão da sociedade como o todo complexo e contraditório, é fundamental para entender a relação entre a base econômica e a superestrutura ideológica. Nesse sentido, a teoria marxista oferece a perspectiva valiosa ao destacar a importância da infraestrutura

econômica na configuração das relações sociais e políticas. A seguir, exploraremos como essa relação se estabelece e se desenvolve, considerando-se as nuances e complexidades do processo.

A infraestrutura - por sua vez - corresponde ao conjunto das forças produtivas e das relações de produção, enquanto a superestrutura engloba as instituições políticas, jurídicas, culturais e ideológicas que se erguem sobre a base material. A relação não deve ser compreendida de forma mecânica, mas como processo dinâmico, marcado por contradições e mediações históricas (Marx, 2013).

Na análise do funcionamento do capitalismo, Marx (2013) demonstra que a base econômica condiciona as formas de organização social, mas não as determina de maneira automática. A superestrutura desempenha papel ativo na reprodução das relações de produção, pois atua na legitimação da ordem vigente. A compreensão rompe com leituras simplistas do marxismo, que reduzem a ideologia a mero reflexo da economia, ignorando-se a função estratégica na manutenção do poder (Marx, 2013).

Sendo assim, a leitura dialética da relação entre base e superestrutura é aprofundada por Tonet (2019), pois destaca que a infraestrutura cria limites e possibilidades para a vida social, sem eliminar a ação histórica dos sujeitos. Para o autor, a superestrutura não é adorno secundário, mas parte constitutiva do processo de reprodução social, operando-se na formação da consciência e na organização das práticas coletivas. Essa abordagem contribui para compreender o papel central do discurso como elemento superestrutural.

No campo da linguagem, a relação se manifesta na forma como os discursos institucionais, jurídicos e midiáticos reproduzem a lógica do capital. Conforme aponta Fairclough (2003), os discursos dominantes tendem a alinhar-se aos interesses econômicos hegemônicos, pois produz consensos que naturalizam determinadas formas de organização social, chegando-se ao cúmulo da organização social em castas. A articulação entre economia e discurso evidencia que a superestrutura ideológica atua como mediadora entre a base material e a experiência cotidiana dos sujeitos.

Estamos diante de um capitalismo pandêmico, letal e destrutivo, que aprofunda brutalmente as desigualdades sociais e expõe, de modo ainda mais explícito, a centralidade do trabalho precarizado. Em momentos de crise, como o que vivenciamos, intensificam-se os discursos de sacrifício, responsabilidade individual e adaptação, que buscam justificar políticas regressivas e naturalizar a supressão de direitos sociais e trabalhistas, transferindo para os trabalhadores o ônus de uma crise estrutural do capital (Antunes, 2020, p. 19-20).

No contexto brasileiro, a relação entre infraestrutura e superestrutura assume características específicas, atravessadas por desigualdades históricas, visto que, Souza (2017) analisa como a superestrutura ideológica no Brasil contribui para a naturalização dos privilégios de classe, transformando-se heranças históricas em supostos méritos individuais. A leitura dialoga com Marx (2013) ao

evidenciar que, a ideologia opera como mecanismo de legitimação das relações econômicas desiguais.

A superestrutura também se expressa por meio das instituições educacionais, jurídicas e midiáticas, que atuam na formação dos sujeitos. Logo, Chauí (2017) destaca que as instituições não apenas transmitem conhecimentos ou normas, mas produzem visões de mundo que reforçam a ordem social vigente. A produção simbólica está diretamente relacionada à base econômica, ainda que se apresente como neutra ou universal.

Do ponto de vista da Análise do Discurso, a articulação permite compreender que os sentidos circulam em espaços institucionalizados, nos quais determinadas vozes são autorizadas e outras silenciadas. Sendo assim, Orlandi (2019) observa que a superestrutura discursiva define os limites do dizível, estabelecendo-se o que pode ser legitimamente enunciado em cada contexto histórico. A concepção reforça a leitura marxiana da ideologia como processo material e simbólico.

As transformações recentes do capitalismo têm produzido novas formas de sofrimento psíquico que não podem ser compreendidas apenas no plano individual. A precarização do trabalho, a intensificação das exigências de desempenho e a insegurança permanente configuram um cenário em que a subjetividade dos trabalhadores é diretamente afetada. Trata-se de um processo no qual a ideologia atua de maneira profunda, naturalizando condições de vida adoecedoras e deslocando para o sujeito a responsabilidade por enfrentar problemas que são, em essência, estruturais (Vasconcelos, 2021, p. 78-79).

A citação destaca como as transformações recentes do capitalismo têm gerado novas formas de sofrimento psíquico. Entre estas, podemos citar o culto ao corpo e à imagem pessoal, a fetichização dos likes e curtidas em ambientes digitais, o culto ao ego e às liberdades individuais que, somadas à realidade (precarização do trabalho, a intensificação das exigências de desempenho e a insegurança permanente), configuram o cenário ideal de adoecimento em que a subjetividade dos trabalhadores é diretamente afetada. Nesse contexto, a ideologia atua de maneira profunda, naturalizando-se condições de vida adoecedoras e deslocando-se para o sujeito a responsabilidade por enfrentar problemas que são, em essência, construídos não por ele, mas a ele impostos.

A AD se apresenta como ferramenta fundamental para examinar como a superestrutura ideológica se materializa na linguagem. Ao

analisar discursos econômicos, políticos e institucionais, torna-se possível evidenciar as estratégias simbólicas que sustentam a produção e a divisão do capital. Isso reforça a atualidade da teoria marxiana, demonstrando-se que, a base econômica e a superestrutura ideológica permanecem interligadas. Dessa forma, a AD se configura como abordagem crítica essencial para compreender as relações de poder e as dinâmicas de dominação que se estabelecem na sociedade contemporânea.

Nesse sentido, a AD se apresenta como ferramenta crítica da linguagem, capaz de desvelar as estratégias ideológicas que sustentam a ordem social vigente. Ao examinar os discursos que circulam na sociedade, é possível identificar as formas pelas quais a linguagem é utilizada para legitimar e reproduzir relações de poder, contribuindo-se para a manutenção da ordem capitalista. Assim, a AD se configura como abordagem fundamental para a crítica da linguagem e da ideologia, permitindo-se a compreensão das dinâmicas sociais e políticas que moldam a realidade contemporânea.

1.3. A Análise do Discurso Como Ferramenta Crítica da Linguagem

A linguagem é o campo de disputa ideológica em que as relações de poder se manifestam de maneira sutil, porém eficaz. Nesse contexto, a AD emerge criticamente para desvelar as estratégias simbólicas que sustentam as bases da visão de mundo capitalista e a manutenção da ordem social vigente. Ao examinar os discursos que circulam na sociedade, é possível identificar as formas pelas quais a linguagem é utilizada para legitimar e reproduzir relações de

poder, contribuindo-se para a compreensão das dinâmicas sociais e políticas que moldam a realidade contemporânea.

A AD consolida-se nessa abordagem, pois rompe com a compreensão da linguagem como simples meio de comunicação 'neutra'. Ao contrário das abordagens formalistas, a Análise do Discurso parte do princípio de que o dizer está inscrito em condições históricas, sociais e ideológicas específicas que, muito mais comumente, refletem posições de indivíduos assujeitados do que posturas original e individualmente concebidas. A perspectiva permite compreender que, como já dito, uma vez que a linguagem é prática social, atravessada por relações de poder e por disputas de sentido, sua produção e seu uso constituem o campo ideológico por natureza (para lembrar a expressão volòshinoviana).

Nesse campo, a linguagem deixa de ser entendida como mero reflexo direto da realidade, para ser analisada como espaço de produção e circulação de sentidos. Dessa forma, Orlandi (2020) destaca que o discurso se constitui na relação entre língua, história e ideologia, sendo impossível separar o que é dito das condições que tornam esse dizer possível. Essa compreensão amplia o alcance da crítica social, ao evidenciar que as desigualdades não se sustentam apenas por estruturas econômicas, mas também por formas discursivas que as legitimam.

A AD, ao incorporar fundamentos do materialismo histórico, reconhece que os sentidos não são produzidos individualmente, uma vez que, o sujeito é compreendido como ator e efeito de processos discursivos que experimenta, mas também que o antecede e o atravessa. A leitura rompe com a ideia de sujeito plenamente consciente dos dizeres e aproxima-se da crítica

marxiana à noção de autonomia abstrata do indivíduo, evidenciando-se que a linguagem participa da constituição da consciência social (Marx, 2013; Pêcheux, 1997).

Nesse sentido, Fairclough (2003) observa que, discursos institucionais e econômicos operam como formas de poder simbólico, pois organizam a percepção social da realidade e orientam práticas. Ao naturalizar determinadas escolhas políticas e econômicas, os discursos contribuem para a manutenção da ordem vigente, ocultando-se os conflitos e contradições. Afinal, quem, em sã consciência, poderia contradizer a importância da 'pátria' e da 'família'? Quem, em sã consciência poderia contradizer a relevância do 'trabalho', da 'produção' e do 'mérito'? Quem é contra ter 'dinheiro' e 'bens'? etc. Note-se que as palavras pátria, família, trabalho, produção, mérito, dinheiro e bens são tão carregadas ideologicamente, que é quase impossível lidar com elas de forma neutra - se não for totalmente impossível. E, em uma cultura como a brasileira, essa ideologia tende para a concepção mitológica do 'bem absoluto', daquilo que é bom por si só e, por isso mesmo, não apenas aceitável, mas louvável. Logo, a apropriação discursiva dessas palavras para justificar um estado de coisas qualquer, é um dispositivo discursivo que instaura o sentido auto-justificável, dificilmente contradizível, raramente oposicionável. E funciona muito bem. Logo, coisas como 'bolsa-família cria vagabundos, porque afasta do trabalho' ou 'cotas sociais destroem a meritocracia' deixam de ser meras frases de efeito e se transformam em palavras de ordem para justificar a manutenção do status quo, das desigualdades estruturais e da pobreza como condição natural de missão e mérito. Nesse sentido, apontamos a seguinte imagem 3 que testifica essas implicações até aqui abordadas:

O Capital como fundamento da Análise do Discurso: linguagem, ideologia e crítica das relações de poder no capitalismo



Fonte: Elaborado pelos autores e gerado pela IA. Disponível em: <https://chatgpt.com>.

Acesso em: 9 mai. 2026.

Na mesma direção, Antunes (2018) demonstra que, a linguagem gerencial e empresarial atua como instrumento de reorganização do trabalho, visto que, ressignifica exploração como oportunidade e precarização como flexibilidade. Essa operação discursiva evidencia que a AD revela os mecanismos simbólicos que sustentam novas formas de dominação, apresentadas como avanços inevitáveis.

A crítica discursiva também permite examinar como a ideologia dominante se manifesta na vida cotidiana, pois Souza (2017) analisa como narrativas meritocráticas e individualizantes operam discursivamente para justificar desigualdades estruturais, uma vez que, a ideologia se materializa em enunciados aparentemente simples, repetidos e amplamente difundidos.

No campo educacional, midiático e institucional, a AD possibilita compreender como os sentidos se estabilizam e passam a funcionar

como verdades. Desse modo, Chauí (2017) observa que a ideologia atua justamente quando deixa de ser percebida, apresentando-se como senso comum. A AD, ao problematizar essa naturalização, contribui para desvelar as bases simbólicas da dominação social.

Sendo assim, apresenta-se como ferramenta crítica fundamental para compreender como a linguagem se insere na cadeia histórica de vozes, atravessada por disputas e heranças discursivas (Brait, 2017). Essa perspectiva amplia a análise crítica, pois reconhece que os sentidos não surgem do nada, mas se constroem a partir de memórias discursivas que refletem relações sociais e econômicas amplas. A linguagem, portanto, não é apenas meio de expressão, mas prática social que organiza relações sociais, definindo posições, hierarquias e possibilidades de ação.

Nesse sentido, a AD se mostra eficaz ao examinar como os discursos sobre produtividade e desempenho impactam diretamente a subjetividade dos trabalhadores, revelando-se que, a linguagem atua como mediadora entre a estrutura econômica e a experiência subjetiva (Vasconcelos, 2021). A análise reforça a perspicácia crítica da AD no exame das relações capitalistas contemporâneas, permitindo-se compreender que o discurso não apenas expressa ideias, mas participa ativamente da reprodução das relações de poder (Marx, 2013).

A linguagem também se apresenta como instrumento de legitimação simbólica, especialmente no âmbito da mídia, onde a circulação massiva de discursos contribui para a consolidação da ideologia dominante (Brait, 2017). Além disso, os discursos políticos frequentemente operam por meio da simplificação e da moralização dos conflitos sociais, transformando-se questões estruturais em

problemas de ordem individual ou comportamental (Chauí, 2017). A AD permite desvelar essas estratégias, examinando-se as condições de produção e circulação dos enunciados e contribui para a crítica discursiva.

No campo econômico, os discursos técnicos assumem papel estratégico na legitimação das decisões políticas, pois Antunes (2020) demonstra que expressões como ‘ajuste’, ‘responsabilidade fiscal’ e ‘modernização’ funcionam como dispositivos discursivos que mascaram os impactos sociais das políticas econômicas de cunho social, inclusivo e de distribuição de renda. Logo, a AD, ao problematizar as escolhas linguísticas, evidencia o caráter ideológico da linguagem técnica.

Assim sendo, a crítica discursiva também se estende à análise das subjetividades produzidas no capitalismo contemporâneo. Conforme analisa Vasconcelos (2021), como discursos sobre desempenho e produtividade atravessam a vida cotidiana, moldam expectativas e produzem sofrimento psíquico.

Nesse viés, Fiorin (2018) destaca que, a linguagem cotidiana não é menos ideológica do que a linguagem institucional, pois reproduz valores e hierarquias sociais. A repetição de expressões e narrativas contribui para a naturalização de sentidos, tornando-os parte do senso comum. Isso possibilita questionar o que se apresenta como evidente, permitindo-se a reflexão crítica sobre as estruturas de poder que sustentam esses discursos.

Em consonância, Souza (2018) observa que narrativas sobre ‘sucesso’ e ‘fracasso’ tendem a invisibilizar as desigualdades estruturais, reforçando-se a culpabilização dos sujeitos vistos como ‘socialmente

fracassados'. Essa operação discursiva, revela que a ideologia atua tanto pelo que é dito quanto pelo que é silenciado, aspecto central para a crítica da linguagem. No contexto educacional, é possível compreender como determinados saberes são legitimados em detrimento de outros, refletindo-se relações de poder amplas (Orlandi, 2019). Nesse sentido, é fundamental a abordagem crítica da linguagem, comprometida com a problematização dessas estruturas e a busca pela compreensão das relações de poder que moldam a realidade social. Isso implica reconhecer a linguagem como campo de disputa, onde os sentidos são constantemente negociados e reconfigurados.

Além disso, essa perspectiva crítica pode contribuir para a transformação das práticas sociais, ao questionar os discursos dominantes e abrir espaço para vozes silenciadas e marginalizadas. Ao fazer isso, é possível criar espaço para a emergência de novos sentidos e significados, que possam contribuir para a sociedade justa e igualitária.

1.4. A Influência de O Capital na Análise do Discurso

A influência de O Capital na Análise do Discurso não se manifesta como apropriação direta de conceitos econômicos, mas como a incorporação de um modo crítico de compreender a sociedade. A leitura marxista de *O Capital* como relação social histórica, oferece fundamento teórico que permite interpretar a linguagem para além da materialidade linguística, reconhecendo-a como prática social atravessada por conflitos, interesses e desigualdades estruturais (Marx, 2013). Essa perspectiva rompe com a ideia de neutralidade da linguagem, assumindo-se que, o discurso se produz em condições

históricas determinadas e que os sentidos circulam de acordo com posições sociais e ideológicas.

Tal concepção dialoga diretamente com o materialismo histórico, pois reconhece que as formas simbólicas acompanham e sustentam as formas materiais de produção (Tonet, 2019). A crítica marxista à economia política, contribui para a compreensão de que os discursos sobre trabalho, produtividade e inovação não apenas descrevem mudanças econômicas, mas operam como instrumentos de reorganização das relações de exploração (Antunes, 2018).

No contexto da teoria crítica brasileira, a interlocução ganha densidade ao considerar as especificidades históricas do capitalismo periférico, no qual os discursos sobre mérito e esforço individual atuam como mecanismos ideológicos que ocultam a persistência de desigualdades estruturais (Souza, 2017).

Essa leitura reforça a contribuição do Capital para a compreensão da linguagem como espaço de disputa social, permite analisar como a ideologia se atualiza discursivamente conforme as condições históricas. A perspectiva crítica oferecida por Marx (2013), se mostra fundamental para entender as relações de poder que se estabelecem na sociedade contemporânea e como são reproduzidas e contestadas por meio da linguagem.

A influência marxista na Análise do Discurso, assim, acaba por ser multifacetada, pois aponta para a compreensão da linguagem como espaço de reprodução e contestação da ideologia dominante. A AD, ao incorporar esse entendimento, direciona o olhar para os efeitos de evidência produzidos pela materialidade linguística, desvelando-

se os mecanismos simbólicos que sustentam as diferentes formas de dominação.

Assim, essa articulação é aprofundada quando se considera a dimensão histórica dos discursos, pois Brait (2017) aponta que, o enunciado carrega marcas de outros dizeres, inscrevendo-se na memória discursiva que reflete disputas sociais anteriores. Isso dialoga com Marx (2013), pois evidencia que os discursos não surgem isoladamente, mas se constroem a partir de processos históricos ligados à base material da sociedade.

Portanto, a influência do Capital na Análise do Discurso, é especialmente visível quando se observam os discursos econômicos e políticos que circulam no cotidiano social. Esses discursos não se limitam a explicar a realidade, mas atuam na organização simbólica, definindo-se o que é considerado possível, legítimo ou desejável. A leitura marxiana permite compreender que os discursos estão vinculados às relações materiais de produção, uma vez que, funcionam como instrumentos de estabilização da ordem social (Marx, 2013).

No campo do trabalho, a influência se evidencia na forma como as transformações produtivas são discursivamente apresentadas. Assim, Braga (2017) analisa que o avanço da precarização vem acompanhado por narrativas que exaltam a adaptabilidade e a iniciativa individual, deslocando-se o conflito estrutural para o plano das escolhas pessoais. A Análise do Discurso, ao incorporar a crítica marxiana, permite desvelar como os enunciados ocultam a intensificação da exploração, ao mesmo tempo em que produzem adesão simbólica.

A importância da obra para os estudos discursivos na atualidade é inegável - oferece a perspectiva para compreender as relações de poder que se estabelecem na sociedade contemporânea e como são reproduzidas e consolidadas a partir da linguagem.

Em suma, compreender as complexas relações entre linguagem, poder e ideologia na sociedade contemporânea; principalmente com o apoio da clássica obra de Marx continua a ser ótimo exercício nos estudos discursivos, permitindo-se enxergar dinâmicas sociais e políticas que moldam a realidade.

2. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Aqui, se buscou explorar algumas das contribuições do pensamento marxiano para a Análise do Discurso (AD), tendo como eixo central a compreensão da linguagem como prática social inscrita nas relações de produção e reprodução da vida material. Isso posto, a interpretação do capitalismo como relação social historicamente construída, permite entender que discursos econômicos, políticos e institucionais não se configuram como neutros ou espontâneos, mas como produções simbólicas atravessadas por interesses, disputas e estratégias de legitimação das diferentes formas de dominação.

O estudo da linguagem compreendida como prática social ativa na sustentação das desigualdades e na articulação entre economia, ideologia e discurso, permite demonstrar que a crítica à economia política fornece instrumentos teóricos consistentes para questionar os sentidos que circulam socialmente como “naturais” e “evidentes”. Logo, a AD revela-se uma ferramenta capaz de explicitar como os sentidos discursivos são produzidos, reiterados e incorporados ao

cotidiano social, bem como identificar os dispositivos discursivos acionados pelos sujeitos sociais para consolidar as intenções. Isso permite compreender que a ideologia não atua apenas no plano das ideias abstratas, mas se manifesta nos modos de dizer, nos silêncios, nas repetições e nas narrativas que organizam a experiência social.

Assim sendo, a leitura possibilita a compreensão de que a dominação se mantém não apenas por mecanismos econômicos diretos, mas também por estratégias simbólicas que moldam percepções, afetos e formas de subjetivação, contribuindo-se para a manutenção das desigualdades sociais.

A contribuição do legado marxiano para a Análise do Discurso, ultrapassa o campo teórico e se traduz em postura crítica diante da linguagem e da sociedade, permitindo-se questionar os discursos hegemônicos e abrir espaço para vozes silenciadas.

A perspectiva aqui desenvolvida, abre caminhos para futuras investigações que possam explorar a interseção da Semântica de Contextos e Cenários com a Análise do Discurso de viés marxiano. Essa abordagem pode permitir a compreensão dos processos de produção de sentido que sustentam a ordem capitalista, especialmente em contextos específicos de comunicação e interação social.

Nesse sentido, estudos futuros podem se concentrar em analisar como os dispositivos discursivos são acionados em diferentes cenários, como a mídia, a política, a educação, entre outros, e como esses ecossistemas contribuem para a constituição de realidades sociais e a manutenção das relações de poder. A Semântica de Contextos e Cenários pode oferecer ferramenta para compreender

como os sentidos são negociados e construídos em diferentes eventos, e como esses processos podem ser influenciados por fatores sócio-históricos e ideológicos.

Além disso, essa abordagem pode permitir a reflexão sobre a relação entre linguagem e poder, e como os discursos podem ser utilizados como instrumento de resistência e transformação social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, R. **Capitalismo pandêmico**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2020.

ANTUNES, R. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018.

BRAGA, R. **A rebeldia do precariado**: trabalho e neoliberalismo no sul global. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.

BRAIT, B. (Org.). **Bakhtin**: conceitos-chave. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2017.

CHAUÍ, M. **Sobre a violência**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

FAIRCLOUGH, N. **Analysing discourse**: textual analysis for social research. London: Routledge, 2003.

FIORIN, J. L. **Introdução à linguística**: objetos teóricos. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2018.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

MARX, K. H. **O capital:** crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso:** princípios e procedimentos. 13. ed. Campinas: Pontes Editores, 2020.

ORLANDI, E. P. **Discurso e texto:** formulação e circulação dos sentidos. 5. ed. Campinas: Pontes Editores, 2019.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso:** uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução Eni Puccinelli Orlandi *et al.* 3. ed. Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1997.

SAFATLE, V. **O circuito dos afetos:** corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

SOUZA, J. **A classe média no espelho.** Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2018.

SOUZA, J. **A elite do atraso:** da escravidão à Lava Jato. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

TONET, I. **Método científico:** uma abordagem ontológica. São Paulo: Instituto Lukács, 2019.

VASCONCELOS, E. M. **Capitalismo, subjetividade e saúde mental.** São Paulo: Hucitec, 2021.

¹ O presente texto é parte integrante das colaborações entre os grupos de pesquisas GP PDA, *campus* Cacoal-IFRO e do GPLin, da

Universidade Federal de Alfenas, UNIFAL-MG, desde 2015.

² Lattes iD: <http://lattes.cnpq.br/9648583745536616> ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-8255-751X> Professor Titular no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia, *campus* Cacoal-RO. Acadêmico do Curso de Direito, do Centro Universitário Mauricio de Nassau (UNINASSAU), *campus* Cacoal-RO. Licenciado em Letras Português/Inglês/Literaturas (UNEB/FFCLC). Licenciado em História (UNICV). Especialista em Língua Portuguesa: Redação e Oratória (CUBM). Especialista em História da Cultura Indígena e Afro-brasileira (FAMART). Especialista em Antropologia Brasileira (FAMART). Especialista em Direito Internacional (FACEO). Mestre em Linguística (UNIR). Mestre em Science in Legal Studies, Emphasis in International Law (MUST). Doutor em Ciências da Educação (UTIC). Doutor em Estudos da Linguagem (UNICAP). Fez estágio pós-doutoral em Ciências da Educação (UFLO). Fez estágio pós-doutoral em Cartografia Social (UEMA). Professor permanente no PPGL-UNIR; PPGAgro-UNIR; ProfLETRAS-IFRO. Colaborador no ProfEPT-IFRO; PPGEEN-UNIR; PPGL-UNEMAT. Pesquisador associado ao Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, PNCSA-UEA (Centro de Ciências e Saberes dos Povos e Comunidades Tradicionais de Terreiro - *Carmelita Nunes da Conceição* 'CARMÉ'). Atualmente coordena o *Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas* (NEABI-IFRO, *campus* Cacoal). Lidera o grupo de pesquisa Língua(gem), Cultura e Sociedade: Saberes e Práticas Discursivas na Amazônia (DGP/CNPq-PDA-IFRO). Pesquisador na Web of Science Researcher iD: PQA-4188-2026. Pesquisador, escritor, músico e poeta. Contato: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

³ Lattes iD: <http://lattes.cnpq.br/6396955256879565> ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0001-9221-0432> Professor Titular no Instituto

de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal de Alfenas, UNIFAL-MG. Idealizador da Semântica de Contextos e Cenários, que inaugurou os estudos de Semântica Cultural no Brasil. É licenciado em Letras Português/Inglês/Literaturas (Fundação Universidade Federal de Rondônia, UNIR). Mestre em Semântica (Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP). Doutor em Linguística (Fundação Universidade Federal de Rondônia, UNIR). Fez estágio pós-doutoral em Semântica (Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP).

Autor de mais de 65 livros entre eles: literários, científicos e fotográficos. Com mais de 400 artigos científicos e de opinião publicados no Brasil e no exterior. Tem experiência de Ensino e de Pesquisa na área de Linguística, com ênfase em Semântica, atuando principalmente nos seguintes temas: Ensino de Língua Materna, Alfabetização, Descrição Linguística e Teorias Semânticas da Linguagem. Contato: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

⁴ É um conceito que se refere a uma condição social e econômica caracterizada pela precarização do trabalho e da vida, afetando uma parcela significativa da população em todo o mundo. O termo foi popularizado pelo sociólogo britânico Guy Standing em seu livro *O precariado: a nova classe perigosa*. Tradução Cristina Antunes. 1. ed.; 1. Reimp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014. (Invenções Democráticas, v. IV).